



GT 05. Antropologia da Biomedicina

Coordenador(es):

Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde coletiva)

Ednalva Maciel Neves (PPGA/UFPB)

Sessão 1 - Biosaberes e biopolíticas

Debatedor/a: Débora Allebrandt (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 2 - Adoecimentos, sistemas e cuidados em saúde

Debatedor/a: Cíntia Liara Engel (UnB)

Sessão 3 - Narrativas de parto, violência obstétrica e outras afetações

Debatedor/a: Jane Araújo Russo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este Grupo de Trabalho dá continuidade ao diálogo iniciado na III Reunião de Antropologia da Saúde, realizada em Natal/2019, desvelando uma experiência rica de pesquisadores brasileiros que apresentaram etnografias com temas instigantes calcadas em técnicas de pesquisa já consagradas e /ou inusitadas e questões reflexivas de pesquisa. Assim, a proposta é ampliar e aprofundar essa discussão a partir de trabalhos etnográficos sobre a medicina ocidental, a biomedicina, como campo de investigação, envolvendo a produção de conhecimento e tecnologias biomédicas, assim como seus efeitos na experiência coletiva e pessoal. Desta forma, o enfoque é sobre a complexa trama contemporânea do bio: mercados, tecnológicas, interpretações, apropriação de saberes e práticas, direitos e ativismos. Dentre as reflexões, pensamos em dialogar acerca: construção do saber profissional sobre o corpo, definições sobre saúde e doença, questões éticas relacionadas às biotecnologias, cuidado humanizado, comportamentos dos/das pacientes em relação à busca de diagnósticos (testes genéticos, diagnósticos por imagens) e tratamentos (tecnologias reprodutivas, cuidados paliativos) relação médico/a-paciente e diálogos com outras racionalidades terapêuticas. Igualmente contamos com os aspectos políticos, econômicos e éticos que podem animar esses debates.

BioPolíticas para a população negra: anotações sobre a radical exclusão do direito à saúde das pessoas com Doença Falciforme

Autoria: Durvalina Rodrigues Lima de Paula e Silva (FUNCIONÁRIA PÚBLICA), Ednalva Maciel Neves

Este work traz uma reflexão acerca do debate no campo das políticas públicas, enquanto tecnologias de Estado, para as pessoas com Doença falciforme/DF. Reconhecida geneticamente há mais de 100 anos, a DF continua afetando pessoas em todo o país, embora centrada em alguns estados, atingindo significativamente a população negra. Estudos epidemiológicos afirmam que a DF é doença genética mais frequente no Brasil, resultando em elevados índices de mortalidade na primeira infância e na idade adulta, até 30 anos. As informações epidemiológicas são inexatas e a inclusão do diagnóstico no Teste do Pezinho tem contribuído para a identificação de doentes e pessoas com Traço Falciforme. De modo geral, a luta pelo direito em saúde dos coletivos negros e das Associações de pessoas com anemias hereditárias alcançou um avanço significativo a partir da década de 1990, quando o Ministério da Saúde/MS passa a estabelecer diretrizes e protocolos para a atenção integral a esta população. No atual contexto neoliberal, as políticas de saúde passaram por conversões que manifestam o caráter excludente das ?minorias? sociais, incluindo a população negra. Numa leitura documental e histórica sobre políticas voltadas à população negra, enfatizamos as reorientações nas diretrizes/políticas adotadas pelo MS, em particular para as pessoas com DF. Das buscas e



resultados, identificamos que os governos de 1990 a 2015 foram permeáveis às demandas do movimento negro e das pessoas com DF, inicialmente ampliando o debate sobre essas questões e posteriormente com a criação de políticas públicas específicas, como a instituição do Grupo de work Interministerial para Valorização da População Negra e do subgrupo Saúde, em 1995 e no ano de 2005 a Portaria GM Nº 1018 de 01/07 que criou, no âmbito do SUS, o Programa Nacional de Atenção Integral as Pessoas com DF e outras Hemoglobinopatias, além dos protocolos clínicos estabelecendo orientações de cuidado ofertado nas unidades de saúde para a pessoa com DF, sobretudo na situação de "crise". A partir de 2016 observa-se uma alteração no curso dessas políticas, sendo perceptível a mudança no olhar sobre sua especificidade alegando-se, inclusive, o caráter "dispensável" de tais políticas com a reestruturação do próprio MS incidindo em modificações em setores, abordagens e formas de gerenciamento das políticas públicas. Por seu lado, os coletivos negros e a Associação de Pessoas Portadoras de Anemias Falciforme/PB têm reforçado sua luta e denunciado o racismo institucional e o desconhecimento dos profissionais sobre a Doença Falciforme. Num contexto de retirada dos direitos, as políticas de saúde apontam para uma passagem do "deixar viver" para o "deixar morrer", em termos foucaultianos, partes da tecnologia de governos neoliberais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: